

# Fernando Lyra recusa a presidência da Comissão Especial de Sindicância

por Eduardo Hollanda  
de Brasília

O presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), deverá escolher hoje o substituto do deputado Fernando Lyra (PSB-PE), corregedor da Câmara, na presidência da Comissão Especial de Sindicância, formada para investigar catorze parlamentares citados no relatório final da CPI do Orçamento.

Fernando Lyra disse que era contra a criação da comissão, por considerá-la "inóqua, sem poderes para investigar. A consequência vai acabar sendo inocentar os envolvidos, pela incapacidade legal de investigá-los", afirmou, recusando-se a assumir a presidência.

Para Lyra, que é corregedor-geral da Câmara, a CPI teria que ter sido conclusiva, não mandando "relatórios incompletos sobre muitos parlamentares. O que o relator deveria ter feito era pedir mais 72 horas de prazo para concluir o trabalho", criticou.

A comissão, com dez membros, foi formada ontem por Inocêncio para complementar as investigações iniciadas pela CPI a respeito dos parlamentares a respeito dos quais existiriam indícios de irregulari-

dades, mas que, por falta de tempo, não foi possível ao relator incluí-los na lista dos que tiveram a cassação proposta.

Inocêncio Oliveira garantiu que escolherá hoje outro nome para presidir a comissão, caso Fernando Lyra mantenha sua recusa. Inocêncio já está pensando em antecipar a posse da nova Comissão de Constituição e Justiça (que seria instalada no dia 15 de fevereiro), para que o trabalho de julgamento dos processos de cassação não sofra interrupções. Ele informou que vai insistir com o deputado Odacir Klein (PMDB-RS), que foi o vice-presidente da CPI do Orçamento, para que assuma a presidência da CCJ.

Com relação à cassação propriamente dita, Inocêncio já decidiu que, quando os processos saírem da CCJ para julgamento e votação no plenário, será marcada sessão contínua. Outra idéia do presidente da Câmara é de que os processos sejam agrupados em três por relator.

Ontem, o relatório final da CPI do Orçamento foi entregue, oficialmente, ao presidente do Senado e do Congresso, Humberto Lucena (PMDB-PB).